



JUSTIÇA ELEITORAL
009ª ZONA ELEITORAL DE TOCANTINÓPOLIS TO

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600429-89.2024.6.27.0009 / 009ª ZONA ELEITORAL DE TOCANTINÓPOLIS TO
REPRESENTANTE: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS
REPRESENTADO: KENNETH ANDERSON CHAVES CARVALHO
Advogados do(a) REPRESENTADO: LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA - TO2135-B, WARNNER BRITO DA SILVA - TO5.128

SENTENÇA

Trata-se de representação, com pedido de liminar, formulada pelo Ministério Público Eleitoral em face de KENNETH ANDERSON CHAVES CARVALHO, candidato ao cargo de Vereador no município de Tocantinópolis-TO.

Alega o Representante, em resumo, que o Representado está realizando propaganda eleitoral, irregularmente, em perfil no Instagram, sem ter comunicado, previamente, à Justiça Eleitoral, o respectivo endereço eletrônico no pedido de registro de candidatura.

A medida LIMINAR pleiteada foi deferida para DETERMINAR a IMEDIATA retirada de TODAS as propagandas eleitorais do Representado, publicadas no perfil do Instagram [@kennethandersoncarvalho](https://www.instagram.com/p/C-7wM05uOJT/), sobretudo as constantes dos links “<https://www.instagram.com/p/C-7wM05uOJT/>” e <https://www.instagram.com/p/C-tykbuM7rh/>, apontados na inicial.

Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao candidato ao Representado.

O representado, em sua defesa, alega que a falta de comunicação do endereço eletrônico não configura automaticamente uma irregularidade grave, citando a jurisprudência do TSE nº 0600283-72, segundo ele, orienta a aplicação de sanções apenas em casos de prejuízo comprovado ao processo eleitoral.

Requer a improcedência da representação ou, alternativamente, um prazo para regularização sem aplicação de multa, enfatizando a inexistência de má-fé e a necessidade de proporcionalidade nas sanções (ID 122492517).

É o relatório. Fundamento e Decido.

A comunicação do endereço eletrônico do candidato à Justiça Eleitoral deve ser feita no Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) ou no Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), conforme o § 1º do art. 28 da Resolução TSE nº 23.610/2019.

A comunicação prévia dos endereços eletrônicos visa garantir a transparência e a lisura do processo eleitoral, permitindo a verificação da regularidade das propagandas online, beneficiando tanto o processo quanto o próprio candidato.

A omissão dessa informação acarreta a aplicação de multa, conforme o § 5º do art. 57-B da Lei das Eleições e o § 5º do artigo 28 da Resolução TSE nº 23.610/2019.

Ao contrário do que alega o representado, não houve nenhuma mudança na jurisprudência quanto à aplicação dessa penalidade.

Na verdade, a jurisprudência citada por ele refuta sua alegação, como pode ser claramente observado na ementa a seguir:

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CANDIDATO AO CARGO DE PREFEITO. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA À JUSTIÇA ELEITORAL DO ENDEREÇO ELETRÔNICO DE REDE SOCIAL. A COMUNICAÇÃO À JUSTIÇA ELEITORAL DO ENDEREÇO ELETRÔNICO DEVE SER FEITA NO REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (RRC) OU NO DEMONSTRATIVO DE REGULARIDADE DE ATOS PARTIDÁRIOS (DRAP). PASSADAS AS FASES DO RRC E DO DRAP, A REGULARIZAÇÃO POSTERIOR NÃO AFASTA A MULTA PREVISTA NO ART. 57-B, § 5º, DA LEI Nº 9.504/1997. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 57-B, incisos I e II e § 1º da Lei nº 9.504/1997 e do art. 28, incisos I e II e § 1º da Res.-TSE nº 23.610/2019, constitui obrigação do candidato, partido, federação ou coligação comunicar à Justiça Eleitoral o endereço eletrônico de blogs, redes sociais e aplicações de internet assemelhadas, "[...] hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País", nos quais se veicule propaganda eleitoral, salvo os endereços eletrônicos de iniciativa de pessoa natural.

2. A comunicação do endereço eletrônico do sítio do candidato à Justiça Eleitoral deverá ocorrer impreterivelmente no RRC ou no DRAP (§ 1º do art. 28 da Res.-TSE nº 23.610/2019), sob pena de multa prevista no § 5º do art. 57-B da Lei das Eleições e no § 5º do art. 28 da Res.-TSE nº 23.610/2019.

3. A ausência de prejuízo ao processo eleitoral, em razão da não comunicação tempestiva do endereço eletrônico, não é fundamento para elidir a imposição da multa prevista em lei.

4. A norma visa à lisura da eleição, com a transparência nas informações desde o início do processo eleitoral (apresentação do RRC e do DRAP), permitindo a todos (eleitores, candidatos, partidos, federações, coligações, Ministério Público Eleitoral e Justiça Eleitoral) saber em qual endereço eletrônico será realizada a propaganda eleitoral na internet e, com isso, aferir a regularidade do conteúdo postado.

5. Como assente na jurisprudência, para se dar trânsito a recurso inadmitido na origem, devem ser infirmados todos os fundamentos utilizados pelo Tribunal a quo, a fim de obstar a subida do apelo especial, porquanto "é inviável o conhecimento de recurso que deixa de apresentar argumentos suficientes para infirmar todos os fundamentos da decisão recorrida e, assim, permitir a sua reforma, nos termos da Súmula 26/TSE" (AgR-REspEl nº 0600450-18/MT, rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 12.8.2022, DJe de 29.8.2022). 6. Negado provimento ao agravo interno.

(Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº060028372, Min. Raul Araújo Filho, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 15/12/2023).

Desta forma, a multa é aplicável em casos de omissão da comunicação do endereço eletrônico, e a regularização posterior não exime o representado da responsabilidade e da penalidade prevista.

No caso em análise, o candidato, ao utilizar seu perfil no Instagram para propaganda eleitoral sem informar previamente o endereço eletrônico no RRC, incorreu em uma omissão que justifica a aplicação da multa prevista, pois essa falha compromete a fiscalização de eventuais irregularidades na propaganda eleitoral.

Neste contexto, considerando a violação das normas eleitorais e a ausência de comunicação prévia do endereço eletrônico, impõe-se a aplicação de multa, no mínimo legal, ao candidato representado, em conformidade com o § 5º do artigo 57-B da Lei nº 9.504/1997.

Ante o exposto, julgo procedente a representação e aplico a multa no mínimo legal, equivalente a R\$ 5.000,00(cinco mil reais), nos termos do § 5º do art. 57-B da Lei das Eleições e do § 5º do art. 28 da Res.-TSE nº 23.610/2019.

Publique. Intimem-se.

Dê-se vista ao MPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Tocantinópolis, data certificada pelo sistema.

HELDER CARVALHO LISBOA - Juiz Eleitoral